



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XII — N.º 135

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 1957

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de "vetos" presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 24 e 26 do corrente mês, às 21 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 24:
Veto ao Projeto de Lei (n.º 6, de 1955, na Câmara dos Deputados e n.º 6, de 1957, no Senado Federal) que regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social.

Dia 26:

Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.168, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 282, de 1956, no Senado Federal) que cria cédulas de crédito rural, e dá outras providências.

Senado Federal, 2 de Setembro de 1957

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.

1.º Secretário — Senador Lima Teixeira.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Kerginaldo Cavalcanti.

1.º Suplente — Senador Mourão Vieira.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Comissão Diretora

Lima Teixeira.

Apolônio Sales — Presidente.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.

Kerginaldo Cavalcanti.

Mourão Vieira.

Prisco dos Santos.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Melo — Presidente.

Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente. (2)

Gilberto Marinho.

Benedito Valladares.

Gaspar Velloso.

Ruy Carneiro. (1)

Lourival Fontes. (3)

Lima Guimarães.

Daniel Krieger.

Attilio Vivacqua

Lineu Prestes.

1) Substituído temporariamente pelo Sr. Abelardo Jurema.

2) Substituído temporariamente pelo Sr. Mário Porto.

3) Substituído temporariamente pelo Sr. Lauro Hora.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Juracy Magalhães — Presidente.

Comissão de Economia

Fernandes Távora — Vice-Presidente. (1)

Alô Guimarães.

Carlos Lindenberg.

Gomes de Oliveira.

Lineu Prestes.

1) Substituído temporariamente pelo Sr. Carlos Saboya.

Secretário — Renato Chermont.

Reuniões às terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente (**)

Ezequias da Rocha — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho

Mourão Vieira.

Reginaldo Fernandes.

Mem de Sá. (*)

Ary Vianna.

Substituições:

Noves Filho. (**)

Lauro Hora. (**)

Secretário — Diva Gallotti.

Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Vianna.

Onofre Gomes.

Paulo Fernandes (1).

Carlos Lindenberg.

João Mendes.

Lima Guimarães.

Fausto Cabral.

Daniel Krieger.

Juracy Magalhães.

Julio Leite (2).

Othon Mäder.

Lino de Mattos.

Novaes Filho.

Domingos Velasco.

Suplentes

Gaspar Velloso.

Mourão Vieira.

Attilio Vivacqua.

Otacílio Jurema.

Lineu Prestes.

Mem de Sá.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Lutterbach Nunes.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Sobral Barreto.

RELATORES DESIGNADOS PARA O ORÇAMENTO DE 1958

Anexo nº 1 — Receita — Sr. Juracy Magalhães.

Anexo nº 2 — Poder Legislativo — Sr. Domingos Velasco.

Anexo nº 3.01 — Tribunal de Contas — Sr. Fausto Cabral.

Anexo nº 3.02 — Conselho Nacional de Economia — Sr. Fausto Cabral.

Anexo nº 4.01 — Presidência da República — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.02 — DASP — Senhor Lima Guimarães.

Anexo nº 4.03 — Estado-Maior das Forças Armadas — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.04 — CRIFA — Senhor Lima Guimarães.

Anexo nº 4.05 — Comissão de Reparações de Guerra — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.06 — Comissão Vale do São Francisco — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.07 — CNEE — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.08 — Conselho Nacional do Petróleo — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.09 — Conselho de Segurança Nacional — Sr. Lima Guimarães.

Anexo nº 4.10 — Valorização da Amazônia — Sr. Vivaldo Lima.

Anexo nº 4.11 — Ministério da Aeronáutica — Sr. Lamela Bittencourt.

Anexo nº 4.12 — Ministério da Agricultura — Sr. Paulo Fernandes.

Anexo nº 4.13 — Ministério da Educação — Sr. Daniel Krieger.

Anexo nº 4.14 — Ministério da Fazenda — Sr. Julio Leite.

Anexo nº 4.15 — Ministério da Guerra — Ary Vianna.

Anexo nº 4.16 — Ministério da Justiça — Sr. Carlos Lindenberg.

Anexo nº 4.17 — Ministério da Marinha — Sr. Ary Vianna.

Anexo nº 4.18 — Ministério das Relações Exteriores — Sr. Novais Filho.

Anexo nº 4.19 — Ministério da Saúde — Sr. Lino de Mattos.

Anexo nº 4.20 — Ministério do Trabalho — Sr. Fausto Cabral.

Anexo nº 4.21 — Ministério da Viação — Sr. Othon Mäder.

Anexo nº 5 — Poder Judiciário — Sr. Mathias Olympio.

Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente

2 — Gaspar Velloso — Vice-Presidente *

3 — Argemiro de Figueiredo **

4 — Saulo Ramos ***

5 — Sebastião Archer

* Substituído, interinamente, pelo Sr. Abelardo Jurema

** Substituído, interinamente, pelo Sr. Mario Porto

*** Substituído, interinamente, pelo Sr. Mourão Vieira.

Secretária — Cecília de Rezenda Martins.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

EXPEDIENTE**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE ERITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 90,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS**Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 24,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excedentes as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro de Departamento de Imprensa Nacional

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino (1) — Presidente.

João Villasboas — Vice-Presidente

Lourival Fontes, (2)

Bernardes Filho.

Gilberto Marinho.

Benedicto Valladares.

Auro Moura Andrade.

Gomes de Oliveira.

Ruy Palmeira.

(1) Substituído provisoriamente pelo Sr. Abelardo Jurema.

(2) Substituído provisoriamente pelo Sr. Vivaldo Lima.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 hs

Secretário: J. B. Gastejon Branco

Comissão de Saúde Pública

1 — Reginaldo Fernandes — Presidente.

2 — Alô Guimarães — Vice-Presidente.

3 — Pedro Ludovico.

4 — Ezequias da Rocha.

5 — Vivaldo Lima.

Mathias Olympio (1)

Mém de Sá (2)

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Guimarães.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Novais Filho.

Secretária — Lina Gallotti.

Reuniões — Quarta-feiras às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Neves da Rocha — Presidente.

Ruy Carneiro (1) — Vice-Presidente.

Sylvio Curvo (2)

Leonidas de Mello.

Fausto Cabral.

João Arruda.

1) Substituído temporariamente pelo Sr. Abelardo Jurema.

2) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.

Secretário — Pedro de Carvalho Muller.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.

Calado de Castro — Vice-Presidente.

Alencastro Guimarães.

Maynard Gomes.

Francisco Gallotti. (1)

Sá Tinoco.

Sylvio Curvo. (1)

1) Substituído temporariamente pelo Senador Mario Mota.

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

Secretária: Romilda Duarte.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.

Gilberto Marinho — Vice-Presidente.

Ary Vianna.

Sá Tinoco.

Calado de Castro.

João Mendes.

Mém de Sá.

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

1 — Novais Filho — Presidente.

2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente.

3 — Francisco Gallotti. (2)

4 — Nelson Firmo. (3)

5 — Coimbra Bueno. (1)

1) Substituído temporariamente pelo Sr. Frederico Nunes.

2) Substituído temporariamente pelo Sr. Remy Archer.

3) Substituído pelo Sr. Ary Vianna.

Secretária: Ruy Rodrigues Alves.

Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais**De Revisão do Código de Processo Civil**

João Villasboas — Presidente.

Georgino Avelino — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Flinta Müller.

Secretário — José da Silva Lisboa.

Reuniões — Quarta-feiras.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba.

Mathias Olympio — Presidente.

Domingos Velasco — Vice-Presidente.

Mendonça Clark — Relator.

Parsifal Barroso.

Coimbra Bueno.

Ezequias da Rocha.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões — Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.

Mém de Sá — Vice-Presidente.

Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.

Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.

Lamela Bittencourt.

Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Attilio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasqualini.
Lino de Mattos.
Secretário — Sebastião Velga.
Reuniões — Quintas-feiras.

Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.**Senadores**

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Filinto Müller.
Francisco Gallotti.
Saulo Ramos.
Argemiro de Figueiredo.
Othon Mäder.
Kerginaldo Cavalcanti.
Júlio Leite.

Deputados

Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Tarso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Licurgo Leite.
Silvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão Especial de Estudos sobre a reforma das Tarifas Alfandegárias.

Juracy Magalhães — Presidente.
Júlio Leite — Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães — Relator.
Gaspar Velloso — Relator.
Carlos Lindenberg.
Cunha Mello.
Daniel Krieger.
Mem de Sá.
Lineu Prestes.
Secretário — Renato Overmont.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Attilio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Gaspar Velloso.
Saulo Ramos.
Lourival Fontes.
Caiaido de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Daniel Krieger.

Mem de Sá.

Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
João Villasboas.
Lino de Mattos.
Sá Tinoco.
Reuniões às ... -feiras às ... horas.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Capanema — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Lopo Coelho.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Carneiro.
Filinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Coimbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.

Secretários — Lazary Guedes e José da Silva Lictôa.

Comissão Mista de Estudo do Problema do Inquilinato

Gaspar Velloso — Presidente.
Badaró Junior — Vice-Presidente.
Abelardo Jurema — Relator.
Abguar Bastos — Revisor.
Senador Lima Guimarães.
Senador Argemiro de Figueiredo.
Senador Attilio Vivacqua.
Deputado Chagas Freitas.
Deputado João Menezes.
Deputado Tarcisio Maia.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reunião — Quartas-feiras

Atas das Comissões**Comissão de Segurança Nacional**

(4.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA, EM 22-8-1957)

As 16 horas do dia 22 de agosto de 1957, na sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Onofre Gomes, presentes os Srs. Caiaido de Castro, Alencastro Guimarães, Gilberto Marinho e Mário Motta, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional. Deixa de comparecer, com causa justificada, o Sr. Sá Tinoco.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente distribui:

— Ao Sr. Caiaido de Castro o Projeto de Lei do Senado, n.º 10, de 1957, que considera como efetivo serviço a atividade aérea dos militares da Força Aérea Brasileira obrigados a vôo.

— Concede, ainda, o Sr. Presidente a palavra ao Sr. Alencastro Guimarães que apresenta pareceres favoráveis:

Ao Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1957, que considera equivalente aos cursos de comandante de

pelotão, de seção ou de aperfeiçoamento das Escolas de Sargento das Armas, do Exército, para os efeitos do parágrafo 1.º do artigo 51, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1945, os cursos de aperfeiçoamento, técnico profissional e das Escolas Profissionais da Marinha de Guerra;

Ao Projeto de Lei da Câmara número 406, de 1956, que estende aos suboficiais da Marinha de Guerra e da antiga Aviação Naval os benefícios da Lei n.º 1.037, de 31 de dezembro de 1949 (Dispõe sobre a promoção de subtenente do Exército).

Após breves debates a Comissão aprova, contra o voto do Sr. Caiaido de Castro, ambos os pareceres.

A seguir o Sr. Gilberto Marinho emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara, n.º 86, de 1957, que estende aos militares o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 329, de 9 de dezembro de 1948. O parecer é aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Romilda Duarte, secretária da Comissão, a presente ata que, aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1957

As vinte e oito dias do mês de agosto de mil novecentos e cinquenta e sete, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob a presidência do Sr. Senador Novaes Filho, com a presença de todos os seus membros.

Após a leitura e aprovação, sem observações, da ata da reunião anterior, o Sr. Presidente faz a seguinte distribuição:

Ao Sr. Senador Francisco Gallotti o Projeto de Lei da Câmara n.º 23 de 1957, que autoriza o Poder Executivo a efetuar empréstimos para construção de pequenos açudes na área do Polígono das Secas, e revoga as Leis ns. 614, de 2 de fevereiro de 1949, e 1.255, de 4 de dezembro de 1950;

e ao Sr. Senador Coimbra Bueno o Projeto de Lei da Câmara, número 224, de 1956, que abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado a auxiliar a reconstrução do Palácio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, destruído por um incêndio, a fim de dar parecer sobre a emenda de plenário.

Prosseguindo, a Comissão aprova os seguintes pareceres. Sr. Senador Neves da Rocha:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 146, de 1957 que determina a construção da primeira etapa do porto de alto calado da baía de Marau, no local denominado Campinho, no Estado da Bahia;

Contrário ao Projeto de Lei do Senado n.º 41, de 1952, que dispõe sobre o adicional de insalubridade para trabalhadores marítimos, tendo em vista que o disposto no projeto já se encontra previsto na Consolidação das Leis do Trabalho;

e favorável às emendas de plenário de números 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 — 21 — 22 — 23 — 24 — 25 — 26 — 27 e 30, e contrário às de números 28 e 29 oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 117, de 1956, que autoriza a União a constituir a Empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. Eletrobrás e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual, eu, Francisco Soares Arruda, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 135.ª SESSÃO DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA EM 3-9-1957

PRESIDENCIA DOS SRS. LIMA TEIXEIRA E FREITAS CAVALCANTI

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Sebastião Archer. — Victorino Freire. — Waldemar Santos. — Area Leão. — Leonidas Mello. — Onofre Gomes. — Fausto Cabral. — Carlos Saboya. — Kerginaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Reginaldo Fernandes. — Abelardo Jurema. — João Arruda. — Mauro Porto. — Novaes Filho. — Jarbas Maranhão. — Freitas Cavalcanti. — Sobral Barreto. — George Maynard. — Lauro Ilora. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Pitombo Cavalcanti. — Attilio Vivacqua. — Ary Vianna. — Sá Tinoco. — Lutterbach Nunes. — Caiaido de Castro. — Gilberto Marinho. — Bernardes Filho. — Benedito Valladares. — Lima Guimarães. — Lineu Prestes. — Lino de Mattos. — Coimbra Bueno. — Mario Motta. — João Villasboas. — Filinto Müller. — Gaspar Velloso. — Saulo Ramos. — Primo Beck. — Daniel Krieger. — (46).

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Senhores Senadores. Havendo "quorum" regimental, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Abelardo Jurema, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

Vai ser lido o Expediente.

O Sr. George Maynard, servindo de 1.º Secretário lê o seguinte:

Expediente**OFÍCIOS**

Da Câmara dos Deputados, sob números 1.324 e 1.325, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara n. 196, de 1957

(N.º 1.088-B DE 1956, NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Concede isenção de tributos de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Telefonak-Tiebolaget LM Ericsson, destinado à Companhia de Telefones do Brasil Central, com sede em Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida isenção de tributos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para o material, no valor de setecentas e trinta mil coroas suecas, constante da relação anexa, importado pela Telefonak-Tiebolaget LM Ericsson para a Companhia de Telefones do Brasil Central, com sede em Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

RELAÇÃO DE QUE TRATA ESTA LEI

Centro telefônico automático Eng-
asson, tipo AGF, de 2.000 linhas (4
algarismos) e permitindo, sem mo-
dificações, futuras ampliações sem
limite, composto do seguinte:

1. Distribuidor Geral

1 — Seção primária de ferro
ângulo, com capacidade para 600
linhas.

5 — Seções de extensão de ferro
ângulo, com capacidade para 450
linhas cada.

57 — Listões de protetores para 50
linhas cada, com fusíveis, bobinas
térmicas, para-raios a carvão e con-
tatos de alarme, com terminais para
solda na parte das linhas e termi-
nais a parafuso na parte do cen-
tro.

105 — Listões de jacks de ensaio,
para 20 linhas cada.

1 — Bloco de jacks.

2 — Cordões de experiência.

2 700 — Pinos para isolamento de
linhas.

2 — Porta-lâmpadas com relé de
observação.

10 — Porta-lâmpadas sem relé de
observação.

Fio de cross-ligação.

2. Bastidores para relé de linha

1 — Bastidor completo para 500
linhas, equipado com:

500 relés de linha e interrupção,
para assinantes PBX;

13 relés de grupo de linha dupla;
1 equipamento de painel.

3 — Bastidores completos para 500
linhas, cada equipado com:

500 relés de linha e interrupção,
13 relés de grupo de linha dupla,
1 equipamento de painel.

3. Bastidores para elementos automáticos

4 Bastidores com capacidade para
60 buscadores de linha.

4 Bastidores com capacidade para
60 seletores de grupo.

1 Bastidor com capacidade para 60
seletores de grupo, para tráfego in-
terurbano.

4 Bastidores com capacidade para
60 seletores finais.

Todos os bastidores serão forneci-
dos com fiação para as capacidades
máximas, equipados com múltiplos,
listões de experiência etc.

1 Bastidor com equipamento de
painel, para relés especiais.

4. Bastidores para registrar

3 Bastidores com capacidade para
12 registros.

1 Bastidor com capacidade para 6
registros interurbanos.

5. Dispositivo de alarme

Todos os dispositivos de alarme.

6. Distribuidor intermediário

2 Bastidores com os necessários
listões.

7. Elementos automáticos de ligação

4 — Distribuidores de chamadas
(alloters).

160 — Buscadores de linha, com
relés.

160 — Seletores de grupo, sem re-
lê para tráfego local.

20 — Seletores de grupo, com re-
lê, para tráfego interurbano e ru-
ral.

60 — Seletores finais, com relés
para tráfego local de assinantes co-
muns.

20 — Seletores finais, com relés,
para tráfego de assinantes co-
muns e PBX.

72 — Seletores finais, com relés,
para tráfego local e interurbano de
assinantes comuns.

20 — Seletores finais, com relés,
para tráfego local e interurbano de
assinantes PBX.

32 — Registros tipo "cross-bar",
para tráfego local.

4 — Registros tipo "cross-bar" para
tráfego interurbano e rural.

1 — Buscador de registro, para 20
linhas e 20 registros.

8. Dispositivos de controle de tráfego

1 — Mesa para controle de trá-
fego.

36 — Listões de lâmpadas de jacks
para cada registro.

9. Dispositivos para provas

1 — Aparelho para prova manual
de elementos automáticos.

10. Instalação de força

2 — baterias de acumuladores, com-
pletas, com ácido, de 504 Ah, 48V.

1 — Retificador de 75A, 48V, com
regulador automático de voltagem,
para carga das baterias.

1 — Retificador de 75A, 48V, com
regulador automático, a passo.

1 — Moto-gerador a gasolina, de
emergência, com gerador de 150A,
48V.

2 — Grupos de chamada, sendo um
equipado com motor AC e outro
com motor DC 48V, com todos os di-
positivos necessários para as chama-
das e sinais.

1 — Quadro de distribuição de força
elétrica, provido de todos os instru-
mentos necessários aos retificadores,
baterias, grupos de chamada e grupo
de emergência.

Todos os cabos de força necessários.

Centro interurbano e rural

1 — Centro interurbano, de quatro
posições mais uma mesa de face du-
pla para registro e informações, equi-
pado com:

50 linhas rurais;

10 linhas interurbanas para a rede
própria;

10 linhas interurbanas para a CTB;

20 linhas tronco automático, para o
centro automático;

20 linhas de registro CLR;

10 linhas de informações e recla-
mações;

40 circuitos de cordão, todos os re-
lê, jacks, lâmpadas, etc.

Acessórios

6 Aparelhos telefônicos para opera-
dora.

1 Microtelefone para operadora.

2 Calculograph.

1 Jogo de peças sobressalentes.

4 Jogos de teclados.

Projeto de Lei da Câmara n. 197, de 1957

(N.º 512-B, DE 1955, NA CAMARA
DOS DEPUTADOS)

Cria a Comissão Executiva do
Sisal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É criada a Comissão Exe-
cutiva do Sisal, subordinada ao Minis-
tério da Agricultura.

Art. 2.º A Comissão terá por objetivo
prestar, diretamente ou mediante
contrato com órgãos já existentes, as-
sistência técnica e financeira às co-
operativas e Associações Rurais já or-
ganizadas ou que vierem a se orga-

nizar, de produtores e industriais de
sisal, na área do Polígono das Secas,
e o seu prazo de funcionamento será
de 10 (dez) anos.

Art. 3.º Compete, especialmente, à
Comissão:

a) estimular a formação de coope-
rativas de produtores e industriais de
sisal;

b) promover, diretamente ou atra-
vés de financiamento, aos interessa-
dos, a aquisição de máquinas agríco-
las e industriais, inclusive mediante
entendimento com os estabelecimentos
de crédito oficiais ou particulares;

c) manter, nos Estados sisaleiros do
Polígono das Secas, a unidade de clas-
sificação internacional, prevalecente
nos centros estrangeiros consumido-
res.

Art. 4.º A Comissão, que terá sua
sede na cidade de João Pessoa, Estado
da Paraíba, compor-se-á de 3 (três)
membros, sendo um Presidente, todos
de livre nomeação do Presidente da
República.

Art. 5.º A Comissão terá um Conse-
lho Consultivo e Fiscal composto de:

a) representantes dos governos dos
Estados, com produção além de vinte
mil toneladas de sisal, por ano, in-
dicados em lista triplíce ao Presidente
da República, que os nomeará;

b) um representante do Ministério
da Agricultura, proposto pelo Minis-
tro;

c) um representante das Federações
das Associações Rurais e outro das
Federações das Indústrias dos Esta-
dos, com produção superior a vinte
mil toneladas, considerados membros
natos e nomeados pelo Presidente da
República.

§ 1.º A presidência do Conselho ca-
berá ao representante do Ministério
da Agricultura.

§ 2.º O Conselho, cujo mandato será
de 2 (dois) anos, reunir-se-á ordiná-
riamente uma vez por semestre ou
extraordinariamente, por convocação
do seu Presidente, correndo por conta
da Comissão as despesas de viagem e
estada.

Art. 6.º Os membros da Comissão
terão uma gratificação mensal de Cr\$
15.000,00 (quinze mil cruzeiros) e o
seu Presidente, além da gratificação
uma verba de representação até Cr\$
5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Os membros do
Conselho receberão Cr\$ 500,00 (qui-
nhentos cruzeiros) por sessão a que
comparecerem, até o máximo de 10
(dez) por semestre.

Art. 7.º O Orçamento Geral da
União consignará, anualmente, à Co-
missão Executiva do Sisal, no anexo
do Ministério da Agricultura, a dota-
ção de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte
milhões de cruzeiros), que lhe será en-
tregue até o dia 31 de março de cada
ano.

Art. 8.º Todas as quantias postas à
disposição da Comissão deverão ser,
obrigatoriamente, depositadas no Ban-
co do Nordeste do Brasil S. A., ou
em sua falta, no Banco do Brasil
S. A.

Parágrafo único. Todos os do-
cumentos que importem em responsa-
bilidade da Comissão, inclusive movi-
mentação de fundos serão, necessári-
amente, assinados pelo Presidente e
por um membro da Comissão.

Art. 9.º A Comissão contratará o
pessoal necessário aos seus serviços,
fixando-lhes a remuneração.

Parágrafo único. Em nenhuma hi-
pótese, as despesas de administração
poderão exceder a 10% (dez por cen-
to) da dotação anual a que se refere
o art. 7.º.

Art. 10. A Comissão deverá fazer
duas prestações de contas, semestrais,
ao Ministério da Agricultura subme-
tidas, previamente, à aprovação do
Conselho.

Art. 11. A partir do primeiro ano
de instalação da Comissão será co-
brada uma taxa fixa de Cr\$ 100,00
(cem cruzeiros), por tonelada de fi-
bra de sisal exportada, para fazer
face às despesas decorrentes da exe-

cução do programa de recuperação
da economia sisaleira.

Parágrafo único. A quantia arre-
cadada nessa cobrança será incorpo-
rada aos recursos gerais destina-
dos às operações da Comissão.

Art. 12. Para ocorrer às despesas
de instalação e funcionamento da
Comissão, no presente exercício, é o
Poder Executivo autorizado a abrir,
pelo Ministério da Agricultura, o
crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00
(quarenta milhões de cruzeiros).

Art. 13. Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e
Finanças.

AVISOS

Do Sr. Ministro da Fazenda nos
seguintes termos.

Aviso n.º 555

Em 30 de agosto de 1957.

Senhor 1.º Secretário:

Em referência ao Ofício n.º 486,
de 5 de julho findo, com o qual
V. Ex.ª solicita informações a res-
peito do Requerimento n.º 255, de
1957, do Sr. Senador Juracy Maga-
lhães, sobre coleta de preços para
importação de borracha, tenho a
honra de transmitir a V. Ex.ª có-
pia dos esclarecimentos prestados
pelo Banco de Crédito da Amazônia
S. A.

Aproveito a oportunidade para re-
novar a V. Ex.ª os protestos da mi-
nha alta estima e distinta considera-
ção.

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.

Ref.: Borracha.

Ofício n.º 57-54.

Belém, 13 de agosto de 1957.

Excelentíssimo Senhor Ministro:

Acusando o recebimento do pro-
cesso n.º 183.098, originado pelo re-
querimento n.º 255, de autoria do se-
nador Senador Juracy Magalhães, em
que o mesmo interpela sobre:

1.º se este Banco está enviando
carta circular a diversas firmas for-
necedoras de borracha, fazendo co-
leta de preços para importação de
borracha, da Malásia e ou Indoné-
sia, até o valor de seis milhões de
dólares;

2.º quais as razões que levaram o
Banco a promover simples coleta de
preços, abandonando a fórmula clás-
sica da concorrência pública;

respondemos, obedecendo à mesma
ordem acima:

1.º O Banco de Crédito da Ama-
zônia, através de cartas datadas de
26-6-57, solicitou a vinte firmas es-
pecializadas a apresentação, até o
dia 11 do mês seguinte, de propos-
tas visando à tomada de preços para
a prestação de serviços na importa-
ção de borracha do Oriente até o va-
lor de seis milhões de dólares para
suplementar as necessidades do con-
sumo da indústria de artefatos de
borracha do país;

2.º O Banco preferiu adotar a
modalidade de "tomada de preços",
ao invés de "concorrência pública",
porquanto a primeira se lhe afigu-
rou de processamento mais rápido,
com vistas a evitar qualquer desar-
tificação no atual sistema de abas-
tecimento da indústria. A coleta de
preços, da forma por que foi reali-
zada, é meio honesto e perfeitamen-
te normal. Já foi empregado em ou-
tras importações e o está sendo com
anecdotáveis vantagens e economia.
Enquadra-se, ademais, na esfera de
atribuições da Diretoria do Banco,
que, por sinal, não deve qualquer su-
bordinação ao Código de Contabili-
dade Pública, eis que, sendo uma so-

idade anônima de economia mista, se rege pela Lei competente e pelos seus Estatutos Sociais.

Restituindo a esse Ministério o processo em causa, reafirmamos a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Saudações. — Banco de Crédito da Amazônia S. A. — Luiz G. Cacciatore, Diretor.

Ao Requerente.

Do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

N.º 2.595. Solicitando maior prazo a fim de permitir ao Instituto Brasileiro do Sal prestar as informações relativas ao Requerimento número 399, de 1957, do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Dê-se conhecimento ao Requerente.

Parecer n. 806, de 1957

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei do Senado, n.º 41 de 1952, que dispõe sobre o adicional de insalubridade para trabalhadores marítimos.

Relator: Sr. Neves da Rocha.

* Temos em mãos para relatar o Projeto de Lei do Senado n.º 41 de 1952 que dispõe sobre o adicional de insalubridade para trabalhadores marítimos.

Este projeto já tem pareceres da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido em 1.ª discussão; da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade das emendas de 2.ª discussão, porém, quanto ao mérito, contrário à de n.º 1 e favorável à de n.º 2; da Comissão de Legislação Social, contrário ao projeto e as emendas da Comissão de Saúde, contrário às emendas e da Comissão de Finanças, contrário ao projeto.

De referência ao assunto em foco, a Comissão de Finanças deste Senado pelo seu Digno Presidente o eminente Senador Alvaro Adolfo, em data de 31 de julho de 1956 pelo Ofício n.º C.F. 4-56, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho reiterava ofício solicitando o pronunciamento ao Ministério, sobre a conveniência da referida proposição.

Esse pronunciamento se fez sentir através do parecer enviado pelo Departamento Nacional do Trabalho, cuja cópia se acha em anexo a este processo. Por esse parecer, em síntese, se conclui que o disposto no Projeto de Lei do Senado n.º 41 de 1952 já se encontra previsto na Consolidação das Leis do Trabalho; que as condições de trabalho variam de embarcação para embarcação, de local para local, e, ademais, quando a legislação específica não for bem aplicada, cabe ao suposto detentor desse direito de adicionais, fazer a respectiva reclamação à justiça competente, para que esta, mediante pericia técnica de higiene e segurança do trabalho, possa se manifestar sobre o acolhimento do pretendido direito a adicionais e, afinal, que a generalização do privilégio visa abrir perigoso precedente, com sérios reflexos na economia nacional.

Convém ainda salientar que se acha nesta Casa, em estudos por uma Comissão Mista, projeto de Lei da Câmara que institui o "Código de Trabalho".

Deste modo, levando na devida consideração as justas ponderações contidas no bem elaborado parecer do Ministério do Trabalho, e os estudos que vem sendo realizados pela comissão acima aludida, para a instituição do "Código de Trabalho", opinamos pela rejeição do projeto em tela, com

o fito de não tumultuar o assunto, considerado da maior importância, para a assistência social aos trabalhadores em causa.

Este é nosso parecer. Sala das Sessões, 28 de agosto de 1957. — *Novais Filho*, Presidente. — *Neres da Rocha*, Relator. — *Francisco Gallotti*. — *Coimbra Bueno*.

Parecer n. 807, de 1957

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 143, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo — o crédito especial de Cr\$ 175.000,00 para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956.

Relator: Sr. Ary Vianna.

Como o art. 15 da Lei n.º 2.831, de 20 de janeiro de 1956 (Diário Oficial de 23 de julho de 1956) tenha assegurado, aos funcionários dos quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, gratificações adicionais, por tempo de serviço, iguais às que são concedidas aos seus colegas do Tribunal Superior Eleitoral, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo oficiou, à Câmara dos Deputados, requerendo a abertura do necessário crédito, para pagamento do adicional devido a partir da data da lei até 31 de dezembro de 1956.

Dada a procedência legal do pedido a Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa do Congresso Nacional, formulou o presente projeto de lei, de acordo com o qual é o Poder Executivo autorizado a abrir, ao citado Tribunal Regional Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil cruzeiros).

O projeto, como se vê, é inteiramente procedente, merecendo, por isso, nossa aprovação.

Nessas condições, a Comissão de Finanças é de parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1957. — *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício. — *Ary Vianna*, Relator. — *Lima Guimarães*. — *Lutherbach Nunes*. — *Fausto Cabral*. — *Daniel Krieger*. — *Novais Filho*. — *Lameira Bittencourt*. — *Sobral Barreto*.

Pareceres ns. 808 e 809, de 1957

Da Comissão de Saúde Pública, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e das outras providências.

Relator: Sr. Vivaldo Lima.

Pela Mensagem n.º 125, de 30 de março de 1955, encaminhou o Poder Executivo anteprojeto de lei, acompanhado de Exposição de Motivos do então Ministro da Saúde, objetivando a modificação do Decreto-lei número 7.955, de 13 de setembro de 1945, que institui os Conselhos de Medicina, tendo como cúpula, o Conselho Federal, com sede na Capital da República.

Destinam-se o Conselho Federal e os Conselhos Regionais a razão de um por unidade da Federação, a zelar pela fiel observância dos princípios de ética profissional no exercício de medicina.

Reconhecendo a impossibilidade de cuidar o Conselho Federal do projeto de regulamentação do mencionado Decreto-lei n.º 7.955, o que impedia de preencher convenientemente as suas

finalidades previstas em lei, o anteprojeto governamental propôs a alteração daquele diploma legal, a fim de que os Conselhos de Medicina passassem a constituir uma autarquia, assegurando-se-lhes, ainda, personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e patrimonial, a exemplo do que ocorre com a Ordem dos Advogados e outros Conselhos Profissionais.

Como se vê, a providência de situar os Conselhos de Medicina, em seu conjunto, na mesma hierarquia e na posse dos mesmos direitos de que gozam a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Regional de Engenharia e de Arquitetura, e o Conselho de Economistas está a merecer todo o apoio desta Comissão, uma vez que, somente integrados nessa situação jurídica, poderão os Conselhos de Medicina colimar seus altos objetivos e alargar o âmbito de suas atividades, tais como confiar aos órgãos de classe a fiscalização do exercício da profissão de médico, atualmente a cargo das repartições sanitárias.

Já, no seu artigo 9.º tratava o anteprojeto da elaboração pelo Conselho Federal de Medicina do projeto de regulamentação do Decreto-lei n.º 7.955, estipulando o prazo de quatro meses para a sua apresentação ao Poder Executivo, a fim de ser aprovado por Decreto.

A matéria, uma vez convertida em lei, outorgando à classe médica, como já se procedeu relativamente a outras profissões, o auto controle de suas atividades, virá completar a obra legislativa de estruturação das atividades profissionais do país, atendendo destarte, às justas aspirações da referida classe.

Todavia, a douta Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, apresentando com a oportuna sugestão do ilustre Deputado Nestor Duarte, apresentada à Comissão de Constituição e Justiça, houve por bem oferecer ao anteprojeto um substitutivo, pelo qual não só se revoga o Decreto-lei, que institui os Conselhos de Medicina, como se disciplinasse em definitivo toda a matéria referente aos Conselhos de Medicina o que, sem dúvida, seria mais conveniente e mais aconselhável em face das normas constitucionais vigentes.

Dito substitutivo, acrescido de umas poucas emendas oferecidas em plenário e julgadas dignas de aprovação, passou a constituir o projeto em apreço.

Sobre ele nos pronunciarmos favoravelmente, não só porque tem a vantagem sobre o projeto punitivo, que alterava apenas parcialmente o Decreto-lei citado, continuando a apresentar-se desatualizado e deixando de situar em toda a sua amplitude os Conselhos de Medicina no mesmo pé de igualdade dos outros conselhos profissionais, como também porque se ajusta perfeitamente às disposições legais que regulam a Ordem dos Advogados e os demais conselhos. Disciplinados como estão pelo projeto, os Conselhos de Medicina passarão a ser considerados como órgão de seleção, defesa e disciplina da classe médica em todo o país.

O projeto da Câmara dispõe pelos seus 36 dispositivos, sobre as normas que se faziam necessárias para que a classe médica do Brasil pudesse contar com um diploma legal, que a estruturasse de maneira conveniente e mais consentânea com a importância de suas elevadas atividades profissionais.

A Comissão de Saúde do Senado, é a fim, pela aprovação do projeto, nos termos em que foi enviado pela Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões 31 de julho de 1957. — *Benedito Fernandes*, Presidente. — *Vivaldo Lima*, Relator. — *Lima Guimarães*. — *Ezequias da Rocha*.

N.º 809 de 1957

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 1957.

Relator: Sr. Vivaldo Lima.

O presente projeto, originário do Poder Executivo, transforma o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina, instituídos pelo Decreto-lei n.º 7.955, de 13 de setembro de 1945, em uma autarquia, atribuindo a cada um deles personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Prescreve o artigo 2.º que as referidas entidades são órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e, ao mesmo tempo, julgadoras e disciplinadoras da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

Dispõe, ainda o projeto sobre a composição, atribuições e renda dos Conselhos de Medicina.

Na Câmara dos Deputados, o assunto foi minuciosamente estudado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde e, nesta Casa, mereceu parecer favorável da Comissão de Saúde.

A Comissão de Finanças cabe apreciar os artigos 11 e 16 do projeto que versa sobre as fontes de renda, que são as seguintes:

I — do Conselho Federal de Medicina:

a) 20% da totalidade do imposto sindical pago pelos médicos;
b) 1/3 da taxa de expedição de carteiras profissionais;
c) 1/3 das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais;

d) doações e legados;
e) subvenções oficiais;
f) bens e valores adquiridos;
g) 1/3 das anuidades recebidas pelos Conselhos Regionais;

II — dos Conselhos Regionais:
a) taxa de inscrição;
b) 2/3 da taxa de expedição de carteiras profissionais;

c) 2/3 da anuidade paga pelos membros inscritos no Conselho Regional;
d) 2/3 das multas aplicadas;
e) doações e legados;
f) subvenções oficiais;
g) bens e valores adquiridos.

Como se verifica, atribuem-se aos órgãos de fiscalização do exercício da profissão de médico recursos idênticos aos que já dispõem, por lei, os Conselhos de Engenharia e de Arquitetura e dos Economistas.

Nestas condições, opinamos favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 1957.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1957. — *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício e Relator. — *Ary Vianna*. — *Fausto Cabral*. — *Lima Guimarães*. — *Zutterbach Nunes*. — *Daniel Krieger*. — *Novais Filho*. — *Lameira Bittencourt*. — *Sobral Barreto*.

O SR. PRESIDENTE

Está finda a leitura do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador João Arruda, primeiro orador inscrito.

O SR. JOÃO ARRUDA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, por maior que seja a coincidência, comunico aos eminentes pares, especialmente ao meu nobre amigo, Senador Cunha Mello, que o discurso que vou pronunciar não objetiva responder à brilhante oração de S. Ex.ª, na

semana passada, em defesa da política econômica-financeira ao Governo.

Inscrito para aquela mesma dia, não me foi possível ocupar a tribuna.

(Lendo):

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sempre que venho à tribuna desta Casa, (e o faço poucas vezes) pergunto a mim mesmo se não estarei perdendo o meu tempo com as advertências ou críticas que faço ao Governo sobre problemas políticos, econômicos ou financeiros. Isto porque, Sr. Presidente, parece-me que as palavras caem no vazio, não têm receptividade nos órgãos responsáveis pela coisa pública; as sugestões formuladas não são consideradas, e quase sempre, essas vezes que se levantam são tomadas como agourelas ou recebidas como impertinências ou impertinentes. No entanto, o consolo que experimento é que, falando no recinto respeitável do Senado da República com a complacência de meus nobres pares, estou falando a Nação. Sem outra vaidade, senão a de estar cumprindo o meu dever, estou certo que essas vezes serão ouvidas por ponderável parcela da opinião pública deste País. Não sou pessimista quanto ao nosso futuro. Entretanto, não posso aceitar ou concordar que tudo vai bem e que os homens, a cujas mãos, estão entregues nossos destinos não mereçam censuras ou restrições. Poderia ser injusto, porém, não me arrebatam a paixão de interesse menos nobre. Aplaudirei quando sentir ou verificar do acerto das medidas ou providências por eles promovidas.

Sr. Presidente, o Sr. Juscelino Kubitschek num balanço de ano e meio de administração da coisa pública mostrou otimismo pelas perspectivas do futuro de seu Governo. Contudo, esqueceu ou não considerou devidamente os fatores negativos da presente conjuntura econômico-financeira da Nação. Os problemas cruciais da hora presente não estão sendo encarados com a seriedade que se impõe, e este fato poderá toldar inteiramente as risonhas perspectivas da fala Presidencial. Se de um lado Sr. Presidente da República, das nuvens onde tem seu "habitat", divisa tudo aqui em balão cor de rosa, por outro lado o seu Ministro da Fazenda, homem de sua absoluta confiança, vê tudo lá em cima, como o melhor dos mundos.

Entretanto, Sr. Presidente, a realidade é muito diferente. O Chefe do Governo não pode ignorá-la, nem a Nação deve desconhecê-la. Todos sentimos a intranquilidade que domina os espíritos, nas cidades e nos campos, pela ausência de medidas sérias e oportunas.

Nas relações comerciais externas, estamos novamente voltando à fase ominosa dos "atrasados", prejudicando nosso intercâmbio e abalando nosso crédito. Vendemos, cada vez, menos. Nossos produtos agrícolas, cada ano, ficando mais gravosos. Café, algodão, cacau, três produtos basilares de nossa economia, ameaçados sob múltiplos aspectos. Produção caindo, custos internos se elevando, qualidade piorando, desemprego aumentando, e nos mercados mundiais são maiores as nossas desvantagens na competição. Esses três produtos, com os seus fundamentos abalados, podem levar nossa economia ao desastre e o País sofrerá das graves agitações, com repercussão na própria estabilidade do regime político.

E o que vemos, Sr. Presidente, como contraprova do que nos acenam o Presidente da República e o seu Ministro da Fazenda?

Retração dos negócios, situação, péssima dos pagamentos; lavoura, comércio e indústria em pânico, a

reclamar medidas e soluções urgentes a fim de afastar os fatores da iniquidade generalizada.

Não se combate a inflação com medidas restritivas ao crédito para as atividades privadas, e o mesmo tempo, favorecendo o aumento ilusório dos salários. Não se combate a inflação eleventa artificialmente, no mercado interno, os preços das matérias primas, já gravosas nos mercados externos.

Como vão as coisas, Sr. Presidente, não chegaremos a porto seguro. "Não basta flutuar; é preciso nortear-se". Há perigo e ameaça de o barco socorbar. Quem quiser que duvide e espere. E nessa voragem de erros e desacertos não serão tragados somente os homens ou empresas privadas que sustentam o arcabouço econômico deste País. O Governo também naufragará ante a insatisfação que reina, no presente, e cujos preságios são sombrios. Só cegos não vêm que isto não pode continuar como está.

Sr. Presidente, não quero carregar nas tintas desta exposição, depoimento ou crítica.

Pergunte-se à dona de casa, ao operário, ao banqueiro, ao comerciante ou ao industrial, ao simples homem da rua ao forasteiro que passa, e o depoimento será um só: isto vai mal...

E não devia estar assim, Sr. Presidente. As condições econômicas mundiais gozam de relativa estabilidade. Países e Continentes inteiros refizeram-se da guerra, em condições piores que as nossas, e levantaram uma economia próspera que assombram o Mundo. A Inglaterra, a Alemanha, o Japão e a Itália são exemplos que deveríamos tomar como modelos. A diferença que existe com relação a nós, é que, nesses Países há um povo disciplinado que trabalha e produz, seguindo as diretrizes de homens inteligentes e competentes. Principalmente, competentes. Aqui, os nossos erros e desacertos provêm ou resultam da má administração de nossos dirigentes, com honrosas exceções.

Mas, Sr. Presidente, continuando minhas considerações para demonstrar o contrário de que pensa o nosso chefe de Governo, alinho aqui o depoimento autorizado das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, na VI Convenção, reunida há poucos dias em Campinas, quando declara: "os rumos presentes de nossa economia marcam o início de uma depressão cujo processo evolutivo pode desencadear uma crise de imprevisíveis consequências para a economia brasileira e para a própria ordem social e política de nossa terra". As conclusões da última reunião da Indústria Brasileira, no Recife, não diferem do quadro esboçado em Campinas. Há poucos dias, Governo e classes conservadoras gaúchas se reuniram para estudar a situação calamitosa do Estado a que conduziu a política econômica do Governo Federal, com reflexos, os mais danosos à economia daquele grande Estado. E a situação é a mesma em qualquer unidade da federação. Respondem ainda, contradizendo a euforia governamental, os sindicatos operários de todo o País. Creio, sinceramente, Sr. Presidente, que estou no caminho certo, e nada mais faço agora que interpretar as angústias dos que reclamam.

As medidas que o Governo anuncia com ênfase e frequência não correspondem a atos posteriores.

Não tenho motivos outros para agravar a ilustre pessoa do Sr. Ministro da Fazenda. Não o conheço. Partilho da impressão Geral de ser ele um homem vivo, inteligente, possuído das melhores intenções de acertar. Entretanto, esses dezolito meses de sua gestão na pasta da Fazenda não o sagraram financista.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permite

O SR. JOÃO ARRUDA — Com todo o prazer.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Está V. Ex.^a fazendo exposição séria e brilhante sobre a situação financeira do País.

O SR. JOÃO ARRUDA — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Era meu desejo ouvir o nobre colega em silêncio, mesmo porque o trabalho de V. Ex.^a exprime estudo minucioso da realidade nacional. Acaço, porém, de receber de Alagoas um telegrama do Presidente da Federação das Indústrias, cujo conteúdo é exemplo doloroso da situação que V. Ex.^a traz ao conhecimento do Senado. Está redigido nos seguintes termos:

"Senador Freitas Cavalcanti — Senado Federal — R.O.

Comunicamos que a fábrica alagoana "Companhia de Fiação e Tecidos Pilonense" acaba de cerrar suas portas hoje, dispersando em massa seiscentos operários, dependendo sua reabertura de financiamento já em curso na Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Solicitamos sua interferência no sentido de ser atendida o mais breve possível a pretensão da Companhia Pilonense junto ao Banco do Brasil. Saudações. a) Napoleão Barbosa, Presidente da Federação das Indústrias".

É a segunda fábrica de tecidos de Alagoas que cerra suas portas em face da política financeira do atual Governo. Faço essa comunicação, para que este triste exemplo se incorpore ao admirável discurso que V. Ex.^a está proferindo.

O Sr. Jeracy Magalhães — O nobre orador dá licença para um aparte?

O SR. JOÃO ARRUDA — Com prazer.

O Sr. Jeracy Magalhães — Idêntico telegrama ao lido pelo nobre Senador Freitas Cavalcanti chegou para o nosso ilustre companheiro Ruy Palmeira, que está ausente. Dou conhecimento ao Senado do apelo dirigido àquele ilustre alagoano, na certeza de que, se presente, S. Ex.^a faria coro com as palavras de protesto e de alerta proferidas pelo nobre Senador Freitas Cavalcanti.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Muito bem.

O SR. JOÃO ARRUDA — Agradeço os apartes dos nobres colegas que corroboram as afirmações que estou fazendo. Infelizmente, meu caro colega Freitas Cavalcanti, outros telegramas virão, não de Alagoas, mas de vários Estados da Federação.

Como dizia, a respeito do Sr. Ministro da Fazenda, S. Ex.^a não está correspondendo às responsabilidades que assumiu, porque ainda não se compenetrou delas. É um Ministro que promete muito e cumpre pouco. Parece que tem o hábito imoderado da insubmissão à palavra empenhada. E isto é incorreto, Sr. Presidente.

Em Economia e Finanças não cabem as restrições mentais. É uma ciência e tem princípios. Afastar-se de suas leis é precipitar-se no desconhecido. Não há, na pasta da Fazenda, uma política delineada que eu diria, de cima para baixo. Assistimos, juntamente ao contrário disto, São os interesses de baixo alterando, a cada passo, os rumos indefinidos de cima. São as contradições entre as palavras e as ações, os desvios entre as promessas e os atos. Um administrador que age sistematicamente assim acaba por perder a simpatia e por não mais merecer os aplausos das classes que o procuram. A impressão generalizada entre as classes produtoras do País é a de que a palavra do Ministro da Fazenda vale pouco. A confiança foi abalada, lamentavelmente.

Mas, Sr. Presidente, continuemos nesse rosário de contraprovas às assertivas governamentais. Será que podemos concordar com o Ministro da Fazenda quando afirma e reafirma que a situação financeira do País é boa, se, pelos dados irretorquíveis que exibirei abaixo, bem diferem da realidade?

Tomemos São Paulo como exemplo, por ser o Estado de mais sólida economia, e vejamos: os índices relativos ao volume de negócios ali apresentam franco declínio. A arrecadação do imposto de Vendas e Consignações, pela qual se afere aquele dado da conjuntura, acusou uma queda, em relação à receita prevista, de aproximadamente 400 milhões de cruzeiros, nos meses de junho e julho último, indicando assim que o volume de negócios, em São Paulo, só nesses dois meses foi inferior em cerca de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros ao que seria de esperar, se a evolução econômica fosse normal.

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO ARRUDA — Com muita satisfação.

O Sr. Daniel Krieger — A mesma situação verifica-se no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JOÃO ARRUDA — Obrigada a V. Ex.^a.

O aumento de número de falências, concordatas e o valor dos títulos protestados, só em São Paulo, serve como prova da existência de um estado de depressão em nossa economia. Comparando o primeiro trimestre de 1956 e igual período de 1957, as falências e concordatas subiram de 156 para 264, e o valor dos títulos protestados de 131,4 milhões de cruzeiros para 187,3 milhões de cruzeiros.

O Sr. Abelardo Jurema — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO ARRUDA — Com prazer.

O Sr. Abelardo Jurema — A afirmativa de V. Ex.^a quanto ao aumento de falências e títulos protestados, atesta que o desenvolvimento industrial e comercial do Brasil está atingindo altos níveis. Se V. Ex.^a fizer um cotejo, de dez anos a esta parte, do nosso parque industrial e comercial, observará crescimento fora de todas previsões. Assim, é evidente que esses problemas, tão naturais no comércio e na indústria, têm que crescer também. Um é consequência do outro. As estatísticas isoladas são perigosas.

O Sr. Jeracy Magalhães — Tenho visto muita coisa, na explicação dos fatos econômicos; mas essa, de se admitir que o aumento do número de falências, concordatas e protestos de títulos indica crescimento econômico, confesso, é novidade, para a qual não encontro justificativa.

O Sr. Abelardo Jurema — V. Ex.^a tira ilação falsa de minhas palavras.

Disse que, se cresce o parque industrial, aumentam também esses fatos danosos. Sabe o nobre colega que, há dez ou quinze anos, as nossas fábricas eram em número insignificante. Hoje, têm, realmente, expressão e potencial econômico. É claro, pois, que o número de falências e concordatas, de há dez ou quinze anos, tinha que ser menor.

O Sr. Jeracy Magalhães — Demos, então, essa notícia alviciara ao Governo: o dólar está a 80 cruzeiros; certamente subiu em virtude da sabedoria do Ministro da Fazenda, e de sua política financeira.

O SR. JOÃO ARRUDA — Ia justamente responder ao nobre Senador Abelardo Jurema. S. Ex.^a, homem inteligente e sensível aos fatos econômicos...

O Sr. Abelardo Jurema — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. JOÃO ARRUDA — ... não foi feliz na sua argumentação. Não

soube exprimir quanto se poderia esperar de sua cultura e clarividência.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOAO ARRUDA — Com muito prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — Sabe V. Ex.^a, e muito bem, como financista e economista que é, radicado no comércio e na indústria de São Paulo...

O SR. JOAO ARRUDA — Sei, dentro do possível, o que sinto e vejo.

O Sr. Juracy Magalhães — Principalmente como industrial, que sofre as consequências da política danosa do Governo.

O Sr. Gaspar Velloso — Sabe V. Ex.^a que o saneamento da nossa moeda, com a limitação do surto inflacionário, naturalmente colocou as coisas no nível em que deveriam estar. A retardação do crédito é uma das consequências imediatas da deflação, se é que se pode chamar deflação o que o Governo está fazendo, cerceando o crescimento da inflação.

O Sr. Juracy Magalhães — Infelizmente o Governo não tem uma política financeira.

O Sr. Gaspar Velloso — A retração do crédito, por seu turno, determina, necessariamente, sabe V. Ex.^a, o aparecimento inusitado de concordatas e falências, consequência inevitável do uso e abuso, do que, em comércio, se chama trabalhar com capital alheio. Não há, na realidade, excesso de falências nem de concordatas; mas a conjuntura atual revelou a existência de um comércio fictício, que tem de desaparecer, para o bem do Brasil. Quanto a esse fato, V. Ex.^a há de estar comigo e com a Maioria.

O Sr. Abelardo Jurema — Muito bem!

O Sr. Juracy Magalhães — A esses comerciantes e industriais, que estão falindo, podemos aplicar o ditado: "Além de queda, coice".

O Sr. Gaspar Velloso — Eles já estavam falidos. Negociavam com dinheiro dos bancos, que, por seu turno, renegociavam com o Banco do Brasil.

O Sr. Abelardo Jurema — É o artificialismo.

O Sr. Gaspar Velloso — Operação puramente artificial; diz bem V. Ex.^a.

O SR. JOAO ARRUDA — Queiram os nobres apurantes ouvir um pouco mais do meu discurso.

Comparando o primeiro trimestre de 1956 a igual período de 1957, as falências e concordatas subiram de 156 para 264, e o valor dos títulos protestados de 131,4 milhões de cruzeiros para 197,3 milhões de cruzeiros.

Numa só atitude da federação. E cifra que não devemos desprezar.

O Sr. Gaspar Velloso — E que não impressiona. Vem em abono da tese, de que o Governo está detendo o surto inflacionário, acabando com as firmas fictícias, que viviam de crédito mentiroso.

O SR. JOAO ARRUDA — O nobre ouvirá adiante, no decorrer do meu discurso, as considerações que terei a esse respeito.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Não sei se se encontrava no recinto o nobre Líder da Maioria, quando procedi à leitura do cabograma do Presidente da Federação das Indústrias de Alagoas, comunicando o fechamento de uma fábrica de tecidos e solicitando nossa interferência junto ao Banco do Brasil a fim de obtermos solução para um processo de financiamento daquela empresa. É a segunda fábrica de tecidos que se fecha em Alagoas; a outra foi a Companhia Industrial Penedense, situada no bairro São Francisco. Em ambos os casos estamos diante de organizações com mais de cinquenta anos de existência. Consequentemente, não são indústrias novas que houvessem surgido do processo inflacionário em que ainda vivemos.

O Sr. Juracy Magalhães — Até mesmo firmas tradicionais não resistem aos erros do governo.

O Sr. Freitas Cavalcanti — São empresas antigas na indústria de tecidos que, em Alagoas, sempre foi das melhores. Não incorpore o nobre colega os nomes a que aludi aos dos comerciantes que vivem em situação artificial; aquelas são velhas empresas com reputação firmada na indústria de tecidos do País.

O Sr. Gaspar Velloso — Se o nobre orador permitir, responderei ao eminente Senador Freitas Cavalcanti.

O SR. JOAO ARRUDA — Pois não. O Sr. Gaspar Velloso — Efetivamente, como diz o ilustre representante de Alagoas, trata-se de firma com mais de cinquenta anos de tradição. Perguntaria a S. Ex.^a se a situação a que chegaram foi consequência das medidas deflacionárias do Governo...

O Sr. Juracy Magalhães — Não há medida deflacionária. O Governo está cada vez mais inflacionando o mercado com a política que vem adotando de retração do crédito.

O Sr. Gaspar Velloso — ... ou a fatores outros, independentes da vontade do Executivo, como o aumento de vencimentos e salários; a concorrência estrangeira, etc.

O Sr. Juracy Magalhães — Entende o nobre colega que o fator resultante do aumento de salários independeu do Governo? Como, se a providência dele partiu?

O Sr. Abelardo Jurema — O aumento do salário decorreu da realidade social.

O Sr. Gaspar Velloso — Quero crer, agora com mais forte razão, que a Minoria está equivocada quando pretende atribuir ao Governo tal responsabilidade. Não foi o Executivo o autor do aumento salarial dos operários; este decorreu da melhoria concedida ao funcionalismo civil, militar e autárquico.

O Sr. Juracy Magalhães — A responsabilidade originária foi, então, do Governo que aumentou os vencimentos dos militares.

O Sr. Gaspar Velloso — Foi exigido por toda a Nação e concedido com aprovação do Congresso.

O Sr. Juracy Magalhães — Não poderia ser de outra forma pois o Executivo já o havia dado aos militares.

O Sr. Gaspar Velloso — Aos infelizes, Senhor; aos infelizes e não a mim, autor do que dizels. Proclamaram V. Ex.^{as} a necessidade de se conceder esse aumento; a favor dele votarem e, depois, culpam o Governo. Francamente, não vejo lógica.

O Sr. Juracy Magalhães — Quem está equivocado é V. Ex.^a. Procure o nobre colega ler os Anais do Senado, e neles encontrará a advertência da Minoria. O Governo ao pedir o aumento dos vencimentos para os militares, estaria obrigado a fazê-lo em relação aos dos civis, dos autárquicos, dos operários, e de todos quantos sofriam a política nefasta do Governo refletida no alto custo da vida.

O Sr. Gaspar Velloso — O atual Presidente da República já encontrou em andamento o aumento dos militares; nada mais fez que dá-lo aos civis, aos autárquicos e aos operários. A consequência foi o déficit orçamentário de dezito milhões de cruzeiros, como V. Ex.^{as} não ignoram. Seguiu-se a inflação, devorando a economia do povo, até que o Governo, com mão de ferro, tenta, quanto possível, combatê-la.

O Sr. Juracy Magalhães — Essa mão de ferro só se faz sentir para os créditos legítimos; para os de favor continuam a existir do mesmo modo.

O Sr. Gaspar Velloso — O aumento salarial resultou de entendimento havido em todos os Estados entre representantes de empregados e empregadores.

O SR. JOAO ARRUDA — Antes de prosseguir no meu discurso desejo dizer ao Senador Gaspar Velloso que labora no erro, quando me situa como falando em nome da Minoria. Cito problemas gerais da Nação, como Senador da República, sensível a quanto está acontecendo. No momento, não sofrem apenas as Minorias dos Estados, e sim todos os brasileiros, os reflexos nefastos e de uma situação errada que tem sido danosa à economia particular. Repito: o nobre colega labora em erro quando, no seu aparte, afirma que eu falo em nome da Minoria.

Falo como Senador, repito, sensível a tudo o que está passando.

O Sr. Gaspar Velloso — Iniciou V. Ex.^a seu brilhante discurso...

O SR. JOAO ARRUDA — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Gaspar Velloso — Declarando que falava, neste Senado, não apenas para conhecimento dos Srs. Senadores, mas, também, da Nação. Os apartes que tenho a honra e o prazer de lhe opor visam, igualmente, identificar o País em relação ao que a Maioria e o Governo têm feito, para que se não tirem ilações erradas do discurso de V. Ex.^a, convencendo-se o povo de que a culpa de todos os males do momento cabe ao Executivo.

O SR. JOAO ARRUDA — Seria outra injustiça que V. Ex.^a cometesse comigo, pois eu não disse que os males atuais são produtos da ação deste Governo. Sob este ponto, entendo que eles se vêm agravando através de gestões anteriores.

(Continuando a leitura).

Se é certo que a depressão econômica que se acentua tende a se transformar em crise, não será impossível evitar que tal ocorra, com medidas adequadas de política econômica. O Governo não deve contribuir para a ruína dos contribuintes dos cofres públicos, porque seria também, em última análise, a sua própria ruína. O Governo diz adotar ou seguir um programa anti-inflacionário, particularmente, no que se refere ao crédito. Porém, a disciplina de crédito que o Governo quer impor tem sido mais negativa que positiva. Essa contenção de crédito não tem conduzido à estabilização do poder de compra da moeda, e sim à depressão econômica. O Governo não poderá debelar a inflação quando, ele mesmo, por emissão, mão ou conveniência política eleitoral concorre para a elevação dos salários, para a majoração dos impostos, emite para cobrir "deficits" orçamentários e retirando massas enormes de dinheiro, subtrai ao financiamento dos empreendimentos reprodutivos para aplicar em planos temerários e irreprodutivos.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. JOAO ARRUDA — Pois não. O Sr. Gaspar Velloso — Sabe V. Ex.^a melhor do que eu — pois está ligado, mais do que eu, às classes produtoras do País — que neste momento tramita, na Câmara dos Deputados, sob a oposição e obstrução da Minoria parlamentar, projeto oriundo de mensagem do Governo criando a emissão de obrigações do Tesouro, que em última análise, representam um empréstimo interno, no valor de quinze milhões de cruzeiros, para evitar funcione a máquina de emissão de papel moeda. Se o Governo quizesse, não precisava fazer empréstimos porque dispõe de máquina para emitir. Tanto não deseja ele, porém utilizá-la que pede ao Congresso, através de Mensagem, um empréstimo interno, com obrigações do Tesouro, de 15 milhões de cruzeiros. A Minoria, entretanto, nega-lhe apelo, obstruindo a tramitação da proposição.

O Sr. Juracy Magalhães — Sabe V. Ex.^a que a obstrução não se dirige especificamente ao projeto de abor-

tura desse crédito. Procura ela evitar se transforme em lei a ignominiosa tentativa de perpetuar, no Brasil, a fraude eleitoral. Esse o objetivo da obstrução e não o de evitar que o Governo tenha mais uma fonte de crédito. O Governo usa todos os instrumentos ao seu alcance; pede empréstimos e continua a emitir da mesma forma. Não adota ele uma medida para esquecer outra. O Governo utiliza, repito, tudo que lhe vem ao alcance, como instrumento de crédito. Por isso mesmo, a Nação inteira vai reconhecendo a insidiosa das providências financeiras tentadas pelo atual Governo da República.

O SR. JOAO ARRUDA — Diz, eu, há pouco, ao nobre Senador Gaspar Velloso, que talvez S. Ex.^a fosse testemunha na última semana da visita do Presidente Juscelino Kubitschek, a Brasília, à qual compareceram todas as classes produtoras do País. Justamente com o objetivo de reclamar contra esta situação premente, que manda urgente solução. (Lendo)

O crédito ou mais dinheiro que as classes desejam é para estimular o desenvolvimento econômico. Neste ponto, coloco-me na posição dos que defendem a tese de que, emitir com essa finalidade não é inflacionar. A outra corrente afirma que, existindo a situação de plena aplicação dos fatores de produção seria impossível aumentar a capitalização através do crédito inflacionário. O trabalho como fator principal de produção, não está utilizado plenamente, porque sobram braços em tarefas economicamente pouco atraentes e o nosso índice de produtividade, em profundidade, é baixo. O que cria riquezas e provoca progresso econômico é o trabalho. O dinheiro é uma forma de traduzi-lo em valor capitalizável. Emitir para maior aproveitamento dos fatores de trabalho ou aumentar a produtividade é financiar com juros. A existência do dinheiro fácil e barato provoca euforia nos setores de trabalho. Essa euforia é estimulante, desperta o espírito de iniciativa, provoca mais emprego, mais trabalho que significa maior produção que é enriquecimento. E enriquecimento ou bem-estar é o ideal dos homens e das Nações. As facilidades para a produção tanto agrícola como industrial que tivemos até 1956 resultaram num progresso extraordinário para o País, e esse progresso ou crescimento foi sempre superior a duas vezes o crescimento vegetativo da população.

Temos considerar dois fatos que ocorreram no País, nos últimos anos. Facilidade de recursos financeiros que propiciaram o desenvolvimento econômico e a inflação pura e simples nos setores governamentais para atender toda a uma série de iniciativas danosas e periculadas.

O corretivo do Governo tem prejudicado o setor da iniciativa privada que se liga intimamente ao desenvolvimento econômico do País, sem corrigir, neutralizar ou eliminar os fatores negativos no campo das despesas públicas improdutivas.

O Sr. Ministro da Fazenda, falando em São Paulo deu uma interpretação errônea à estabilização de certos preços, apurada pela Fundação Getúlio Vargas. A mecânica dos preços, ante a conjuntura presente, segue na seguinte ordem:

1) aumentando salário, impostos, taxas, automaticamente sobem as folhas de pagamento, inflando no custo da produção, sendo necessária mais numerário para movimentar a empresa;

2) se a empresa conseguir mais dinheiro, simplesmente mantém o mesmo ritmo de trabalho, produzindo a mesma quantidade e vendendo mais caro;

3) se ao contrário, a empresa não conseguir mais dinheiro, terá que reduzir a produção ao nível

O numerário que dispuser e só poderá vender ainda mais caro para cobrir, com meios mercadorias, o mesmo montante das despesas fixas, obrigatórias;

O Sr. Gaspar Velloso — Absolutamente certo.

O SR. JOÃO ARRUDA:

4) produzindo menos reduzia os salários reais, pela diminuição de tarifas, horários, produtividade;

5) com a redução dos salários reais, diminui o poder do consumo e, "ipso facto", o escoamento dos bens produzidos;

6) com os estoques dos bens produzidos, a empresa é forçada a reduzir drasticamente a produção, resultando o desemprego em massa, e para o Tesouro, uma diminuição substancial de rendas;

7) o desemprego agrava a crise de consumo;

8) a crise do consumo força a liquidação;

9) a liquidação derruba os preços, destrói a empresa e aniquila a produção;

10) o colapso da produção arrasta à convulsão social, destruindo o edifício político-social da Nação.

Tôdos êsses males, Sr. Presidente, não se combate com a restrição de crédito, feita de uma maneira arbitrária. O combate deverá ser feito pela eliminação das causas ou seja, restabelecendo o valor da moeda e a sua estabilização.

A interferência oficial no mercado monetário, longe de afastar o especulador, criou um novo campo de especulação: "a própria moeda". Negociada hoje a juros e comissões elevadas consolidando ainda mais aquele conceito de finanças: "controle de moeda sem base econômica não valoriza dinheiro, torna-o mais caro".

Sr. Presidente, o sacrifício da lavoura, comércio e indústria será o sacrifício da Nação que é mais duro, irremediável e mais dramático do que o seu próprio. O Governo precisa rever a sua política econômico-financeira, sob pena de ocasionar males insuperáveis que atingirão até as gerações futuras de brasileiros. O Governo precisa dar o exemplo de renúncia e espírito de sacrifício, comprimindo suas próprias despesas e reduzindo, ao mínimo, seus investimentos irreprodutivos; o Governo precisa dar exemplos de coragem e ausência de propósitos demagógicos.

O Governo precisa rever a sua política de combate à inflação proporcionando às classes produtoras créditos para seus negócios. É preciso não confundir restrição indiscriminada de crédito, como vem acontecendo em virtude da famosa Instrução 135, da Superintendência da Moeda e do Crédito, baixada em 17 de julho de 1956, com canalização do crédito para setores produtivos e de imediato interesse para o desenvolvimento da economia do País o que deve ser feito através dos Bancos oficiais, principalmente o Banco do Brasil.

O Sr. Cunha Mello — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO ARRUDA — Com todo prazer.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.^a declarou que não fala em nome da Minoria. V. Ex.^a é um industrial próspero e de grandes possibilidades econômicas e financeiras. Inicialmente, declarou que não iria responder ao meu discurso; já a esta altura da sua oração, vejo que não está propriamente respondendo a minha oração, eis que me ocupei principalmente do procedimento do Governo quanto à execução do Orçamento de 1956. V. Ex.^a focaliza outro

aspecto do problema, o essencialmente econômico. É verdade que economia e finanças são tão afins tão ligadas que raramente se pode sentir onde começa a matéria econômica e termina a financeira ou vice-versa; entretanto, o Sr. Presidente da República é muito acusado, exatamente pela sua política de exagerada proteção à indústria nacional, como ainda há pouco se viu na elaboração da lei de tarifas.

O Sr. Juracy Magalhães — Não, S. Ex.^a é acusado de proteção discriminatória à indústria nacional. O Sr. Presidente da República beneficia certos grupos econômicos brasileiros. Não há a preocupação de atender aos interesses legítimos da indústria como um todo. Por isso mesmo, a crítica do n.º re Senador João Arruda é de todo ponto pertinente.

O Sr. Cunha Mello — A lei de tarifas ultimamente votada pelas duas Casas do Congresso prova a política protecionista do Governo à indústria nacional.

O SR. JOÃO ARRUDA — Agradeço o aparte do nobre Senador Cunha Mello.

O Sr. João Villasboas — O nobre orador dá licença para um aparte?

O SR. JOÃO ARRUDA — Com todo prazer.

O Sr. João Villasboas — V. Ex.^a declarou, de início, que não falava em nome da Minoria. Afirmando, entretanto, ao nobre colega que a Minoria está inteiramente solidária...

O Sr. Juracy Magalhães — Muito bem.

O Sr. João Villasboas — ...com o discurso que V. Ex.^a vem tão brilhantemente pronunciando nesta Casa, e aplaude e apoia todas as afirmativas que o nobre colega tem trazido a este recinto.

O SR. JOÃO ARRUDA — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Cunha Mello — Tenho também a declarar a V. Ex.^a que a própria Maioria aprova certas considerações do seu discurso porque se referem a medidas que já estão sendo tomadas pelo Governo.

O Sr. Juracy Magalhães — É por isso que digo sempre que não há, que desesperar da atitude da Maioria. De vez em quando há um lampejo em favor da verdade e do espírito de justiça de certa parte da Maioria se manifesta, e a Minoria a recebe sempre com imenso agrado. Numericamente, sabemos que sempre seremos derrotados; mas quando conseguimos sensibilizar uma parcela da Maioria, talvez a boa causa que defendemos nesta Casa se transforme em vitória.

O Sr. Cunha Mello — Agradeço ao nobre Senador Juracy Magalhães a amplitude que deu ao meu aparte, tão lisonjeiro para a própria Minoria; mas quero frisar bem: a Maioria está de acordo com algumas considerações do discurso do nobre Senador João Arruda, porque vê nessas considerações medidas já tomadas pelo Governo.

O SR. JOÃO ARRUDA — Tinha certeza de que alguma coisa ficaria; não seria possível ficasse meu trabalho perdido. Agradeço, igualmente, os apartes que muito vem honrando a exposição que estou fazendo.

O Sr. Gaspar Velloso — Fique V. Ex.^a certo de que nada do que está dizendo será perdido; servirá, pelo menos, de motivo para discussão e orientação dos governantes, dos governados e da própria Minoria, a que V. Ex.^a pertence.

O SR. JOÃO ARRUDA — Sr. Presidente, a Instrução n.º 105 da SUMOC determinou em resumo, o recolhimento à ordem de SUMOC de que a 23: sobre os acréscimos de saldo de depósitos isentando, porém,

os Bancos que expandissem ou re-eriminassem suas aplicações para as atividades agrícolas e pastoris, desde que as operações obedecessem a estas normas.

O que estamos presenciando é uma distorção de volume de empréstimos que passaram a ser feitos em maior quantidade às entidades governamentais conforme se pode verificar consultando o movimento bancário até 31 de março de 1957.

O Sr. Juracy Magalhães — Exatamente, essa discriminação de crédito tem prejudicado a indústria e o comércio brasileiro.

O SR. JOÃO ARRUDA (Lendo)
O total geral dos empréstimos somou a Cr\$ 174.148.217.000,00 cabendo ao Banco do Brasil Cr\$ 137.398.980.000,00 e deste total, Cr\$ 76.726.069.000,00 a entidades oficiais, Cr\$ 25.074.968.000,00 à indústria, Cr\$ 14.811.596.000,00 à lavoura e Cr\$ 9.217.626.000,00 ao comércio.

A expansão do crédito continuou apenas havendo uma distorção para o setor governamental: o Banco do Brasil recebendo os depósitos compulsórios dos Bancos privados, ao invés de reter-los como medida de combate à inflação, utiliza esse numerário em empréstimos não reprodutivos, para cobrir "deficits" orçamentários, aumentando do mesmo modo a quantidade dos meios de pagamentos.

A violenta aplicação de Instrução 135, exerceu forte impacto sobre as atividades comerciais e industriais que altamente sensíveis às súbitas contrações de crédito, estão em crise.

A demanda de numerário, assumiu, assim, proporções alarmantes. Com a retração bancária, verificou-se então, atraso geral nas cobranças, difundindo-se pelo interior de todo o País massa apreciável de títulos vencidos e não pagos.

A escassez da moeda tornou-se de tal forma aguda, que os especuladores não tardaram em cobrar juros extorsivos de 2% a 3% ao mês. A situação das classes produtoras é de crise em ritmo acelerado, ocasionando, embora em número reduzido, falências e concordatas.

Faço um apelo ao ilustre Ministro da Fazenda para promover uma revisão da Instrução 135, a exemplo do que foi feito com a Instrução 104 ao tempo que era Ministro o Senhor José Maria Whitaker. (Muito bem; muito bem Palmas).

Durante o discurso do Sr. João Arruda, o Sr. Freitas Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lima Teixeira.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Abelardo Jurema, segundo orador inscrito. (Pausa).

O SR. ABELARDO JUREMA:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador João Villasboas, terceiro orador inscrito.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Não foi revisto pelo orador) —

Sr. Presidente, ontem, quando prendia a atenção do Senado a palavra brilhante do nobre colega Abelardo Jurema, cujo nome cito sempre com a máxima simpatia, tive oportunidade, em aparte a S. Ex.^a de opinar que o projeto de reforma da lei eleitoral, em andamento na Câmara dos Deputados, levou ao interior do País grande decepção, em referência a direção dos Partidos majoritários que a amparam no Congresso e assim me expressei, Sr. Presidente,

porque, em viagem pelo interior, não do meu Estado, como de São Paulo, colhi não apenas, de correligionários meus e partidários da Oposição, mas também de elementos filiados aos partidos Social Democrático e Trabalhista Brasileiro, impressões que me autorizavam aquela afirmação. No estágio da vida política a que chegamos, depois de tão arduamente o Congresso e os tribunais, trabalharem no sentido do aperfeiçoamento da legislação eleitoral, depois de construído esse edifício, que se concretizou nas Leis, n.º 2.550, de 1955 e 2.982, de 1956, estranhece ver que os mesmos homens que concorreram, com a sua palavra e voto, para a construção desses dois monumentos jurídicos, procuram destruí-los, para retornarmos ao regime da fraude, tão condenável.

O Sr. Abelardo Jurema — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Sempre me honram os apartes de V. Ex.^a.

O Sr. Abelardo Jurema — Assevera V. Ex.^a que a legislação em vigor evita a fraude, porque não permite se alise o analfabeto ou o pouco letrado. Permito-me lembrar que infringem a lei justamente os mais cultos. São os homens de boa cultura, de grande vivacidade mental que melhor articulam os recursos da fraude, com tal minúcia, que não há lei capaz de os impedir. V. Ex.^a está sendo, portanto, injusto com os analfabetos ou pouco letrados. Esses vão de cambulhada, levados pelos de mentalidade esclarecida, artificiosos. Faça o nobre orador justiça. Se há fraude, não é praticada pelos humildes, que não sabem ler.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço o aparte do nobre representante da Paraíba. Divido-o em dois tempos, para melhor responder. Em primeiro lugar, não combato o direito de voto ao analfabeto ou letrado por simples convicção. Combato-o, Sr. Presidente e Senhores Senadores, porque é imperativo emanado da nossa Magna Carta. É a Constituição da República que proíbe o alistamento do analfabeto.

Fiel ao cumprimento da lei fundamental brasileira — fidelidade que jurei, após sua elaboração, para a qual concordei com a pobreza dos meus conhecimentos (não apoiados) — não posso concordar hoje, mesmo que me encontrasse convicto de idéias diversas do que nela se contém, com a pretensão, ora defendida, perante o Congresso e a Nação do voto ao analfabeto, porquanto é terminantemente proibido pela Constituição. Tal proibição estende-se ao semi-letrado, a que se refere o nobre Senador Abelardo Jurema.

O Sr. Abelardo Jurema — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com muito prazer.

O Sr. Abelardo Jurema — Pelas considerações de V. Ex.^a chegamos à conclusão de que o nobre colega poderá concordar com a Emenda Armando Falcão V. Ex.^a, vigilante na defesa da Constituição, poderá apoiar tal emenda, que é diferente do projeto do P.S.D., o qual visa a modificação constitucional, hipótese em que, creio o nobre colega estaria de acordo com o voto do analfabeto, tese hoje em pauta.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Respondendo imediatamente a V. Ex.^a. Não estou de acordo com a emenda Armando Falcão. Minha opinião pessoal — nesta hora não transmito a do meu Partido, porque ainda não se manifestou neste sentido — é inteiramente contrária ao voto do analfabeto. Não posso aceitar pessoalmente, repito, a reforma Constitucional que se pretende.

Homem de partido, entretanto, se amparado, deliberando a maioria da agremiação partidária a que perten-

go a impuser, dentro do regime democrático em que vivemos, terel que a ela me curvar; não poderei sustentar meu pensamento pessoal.

O Sr. Abelardo Jurema — Obrigado a V. Ex.^a pelo esclarecimento.

O Sr. Juracy Magalhães — (Dirigindo-se ao Senador Abelardo Jurema) — Desejava saber se o nobre colega está fazendo inquérito para saber quais, da Minoria, são a favor do direito de voto ao analfabeto.

O Sr. Abelardo Jurema — Estava ausente V. Ex.^a e desconhece as razões da pergunta ao nobre Senador João Villasboas. Fui a S. Ex.^a porque se mostrava vigilante da Constituição, na defesa do seu ponto de vista. Deduzi das suas palavras, que se fosse modificada, S. Ex.^a aceitaria a tese ora em pauta. O esclarecimento acaba de ser dado: ainda assim S. Ex.^a seria contrário ao voto do analfabeto.

O Sr. Juracy Magalhães — Parece que o nobre Senador Abelardo Jurema se interessa apenas pela opinião específica do eminente Senador João Villasboas.

O Sr. Abelardo Jurema — É que sendo S. Ex.^a mestre de Direito e de tal correção em suas atitudes só podemos louvar a sinceridade com que defende seus pontos de vista. Ela é a razão de ser da minha pergunta: Se S. Ex.^a o modificaria caso reformado a Constituição.

O Sr. JOÃO VILLASBOAS — Obrigado a V. Ex.^a pelas gentis referências. Respondendo, rapidamente: minha vigilância da Constituição vai ao ponto de combater a reforma que se pretende. Sr. Presidente, também não poderia concordar com a proposta do Partido Social Democrático análoga ao Partido Trabalhista Brasileiro, e em parte, pelo Partido Republicano.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os sinos) — Lembro ao nobre orador estar por se esgotar a hora do expediente.

O SR. CUNHA MELLO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a consulte à Casa sobre se concede a prorrogação regimental da hora do expediente, para que o Senado continue a ouvir o discurso do Senador João Villasboas.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Cunha Mello.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado. Continua com a palavra o nobre Senador João Villasboas.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço ao prezado amigo e colega Senhor Cunha Mello e ao Senado permitirem que continuasse nas minhas considerações.

Sr. Presidente, não poderia concordar com a proposta de se admitir o alistamento do semi-analfabeto — assim os classificam os defensores do projeto — daquelas que apenas desenhem o nome. Não poderia, porque o conceito do alfabetizado tem sido, há sessenta anos, em nossa Pátria, o que sabe ler e escrever. Os que apenas rabiscam ou desenhem o nome, sem poder, mesmo lê-lo se escrito por outro pessoa são analfabetos e a Constituição proíbe sejam eleitores.

O outro termo do aparte com que me honrou o nobre Senador Abelardo Jurema, é de que a fraude não é praticada pelos analfabetos e sim pelos letrados.

Sr. Presidente, se a fraude é praticada pelos letrados estes assim ajeitam aproveitando-se da massa eleitoral e do grupo que constitui os colégios eleitorais. Assim, se esse grupo e essa massa são formulados, por analfabetos, muito mais fácil se torna aos letrados, cometerem a fraude.

Não é conceito meu nem criação nova o que venho de afirmar. Em

1954 debotemos a matéria, nesta Casa, com afinidade de pensamento não somente entre os elementos da oposição como também, numa unidade perfeita de vistas de maioria e minoria.

Os escândalos das fraudes, reconhecidas e proclamadas pelos tribunais nas eleições anteriores a 1954...

O Sr. Juracy Magalhães — Aquele tempo a idéia da fraude sensibilizava o Maioria. Hoje, o que a sensibiliza é a possibilidade da derrota.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço pelo aparte com que V. Ex.^a me honra.

Sr. Presidente, dizia eu que todos batalhamos num mesmo sentido: a feitura da lei.

A frente desse movimento estava a figura impecável e sempre admirada de Juiz que é o Ministro Edgard Costa, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, alarmado e escandalizado com o acervo de fraudes que vinham ao estudo daquela corte promoveu S. Ex.^a junto aos políticos e dirigentes partidários uma campanha saneadora da política brasileira. Com os demais membros do Tribunal Superior Eleitoral e os juristas mais destacados da nossa Pátria e o apoio do Instituto e da Ordem dos Advogados do Brasil, incentivou essa providência, que sensibilizou profundamente os representantes do povo, nesta e na outra Casa do Congresso, levando-os à elaboração do projeto que estabeleceu nova fórmula para o alistamento eleitoral e também, novos métodos para a votação.

Partiu do Ministro Edgard Costa sempre voltado para a pureza do sufrágio universal, a idéia da folha individual de votação, em substituição à fórmula anterior dos títulos eleitorais: da cédula oficial, mais tarde modificada para o cédula única.

Sr. Presidente, naquele momento estes dois termos essenciais se equacionavam na purificação das eleições brasileiras. A insistência entretanto, de alguns representantes do povo fez com que os títulos eleitorais que então reconhecíamos como necessários, desaparecessem por completo uma vez que sua distribuição se fizera a manchetes por juizes fraudadores de eleições. Ainda insistiram para que esse documento generalizadamente falso servisse de base para instruir o novo alistamento eleitoral. Isso figurou como o art. 70 da Lei n.º 2.550 de 1955, logo depois de votada e promulgada.

Em conferência que tive com o Ilustre Presidente do então do Superior Tribunal Eleitoral, verificamos que seria continuação da fraude utilizar aquele documento na sua generalidade de suspeito de vícios, como base para o novo alistamento eleitoral. E no Senado, onresentei projeto suprimindo a parte final do art. 70, proibindo, portanto que esses títulos que iriam perder sua validade em julho do ano passado, servissem para o novo alistamento que assim se iniciaria suspeito de fraude. O Senado recebeu, votou e aprovou meu projeto, remetendo-o à Câmara dos Deputados.

Ao mesmo tempo, chegava-nos, vindo daquela Casa, o projeto que se concretizou na Lei n.º 2.952, de 1956 no qual a Câmara dos Deputados já votaram precisamente aquilo que constataciava minha proposição nesta Casa. E o Senado havia aprovado, isto é, a proibição da utilização destes títulos para com eles instruir o pedido de alistamento eleitoral.

Pois bem, Sr. Presidente, nesta Casa, o Presidente do Partido Social Democrático meu eminente amigo Senador Benedito Valadares, iniciou a campanha pela derrota daquele dispositivo pela supressão do artigo que nos fora enviado da Câmara e que semelhante já havíamos votado, sem discrepância, nesta Casa.

Aqui, Sr. Ex.^a, com a habilidade que todos lhe reconhecemos, com o simpatia com que procura conduzir os problemas que defende, conseguiu que o Senado suprimisse o dispositivo do projeto na Câmara dos Deputados obtive sem apoio à emenda supressiva votada por esta Casa. Então Senhor Presidente, todos aqueles títulos considerados como evadidos de fraude aqueles títulos que nós, desta e da outra Casa do Congresso, já havíamos reconhecido, por votação expressiva, serem imprestáveis para base de um alistamento puro, honesto, voltará a ter validade e, assim a influir diretamente na formação de um futuro alistamento calcado em títulos com a suspeição de fraude, trazendo, consequentemente, a suspeição de ser o pleito fraudulento.

Pretende-se, agora, maior valor a esses títulos. Eles não serão mais apresentados pelo eleitor ao juiz eleitoral ou aos funcionários para esse fim designados, preenchendo seu portador os claros de uma fórmula impressa onde tem a sena de colocar nome endereço, idade, profissão e estado civil demonstrando, assim, que sabe ler e escrever. Procura-se suprimir essa formalidade, admitindo que o candidato a eleitor apenas garatule o nome sobre uma fórmula impressa, datilografada, mimeografada ou mesmo manuscrita por qualquer cabo eleitoral.

Sr. Presidente, justificam os defensores desse projeto seu procedimento — e sobre isso ressaltou entrevista dada à imprensa carioca pelo nobre Senador Benedito Valadares declarando que se insistiram em obrigar o eleitor a preencher aqueles claros da fórmula estabelecida na lei vigente milhares ou milhões de eleitores, com títulos eleitorais e que já votaram em eleições anteriores, ficarão privados do exercício do voto.

Se porém, ao tempo em que estes homens se fizeram eleitores, a lei exigia fizessem eles requerimento de próprio punho, do começo ao fim não é absolutamente compreensível que eles, que fizeram há seis ou oito anos seu requerimento de próprio punho, não sejam capazes de apenas completar os claros da moderna fórmula de requerimento. Ou serão capazes de comparecer em juízo e preencher aquela fórmula, ou realmente, não fizeram o requerimento anterior. São por conseguinte, analfabetos falsamente alistados. Não podemos, portanto, facilitar que esses fraudadores de eleições anteriores venham fraudar novas eleições.

Não somos nós, da Oposição, os únicos que nos manifestamos contra a lei eleitoral. Felizmente, numerosas exceções, vindas de todos os partidos da Maioria formam conosco nest' hora.

Tenho aqui Sr. Presidente, algumas manifestações importantes de políticos: um, o presidente da Direção Regional do Partido Social Democrático em São Paulo, o Deputado Cirilo Junior. Não preciso fazer referência especial ao valor de uma declaração proveniente de homem da respeitabilidade do Dr. Cirilo Junior, que tão destacadas posições vem ocupando, na chefia do Partido Social Democrático não somente como presidente do Diretório Paulista, mas ainda como um dos membros de direção nacional da quele partido.

Diz S. Ex.^a: "Os analfabetos não devem votar, como também não devem votar os semi-analfabetizados. Quanto mais se exigir da capacidade de discernimento dos eleitores mais garantias teremos do sufrágio universal, que não é a irresponsabilidade e a inconsciência. É preciso que o eleitor tenha uma dose de conhecimento para abalizar a sua escolha. E o analfabeto, que não lê, não a tem."

Conclui S. Ex.^a:

"Precisamos estimular o analfabeto a deixar de sê-lo, e não dar-lhe um título cívico, como é o do eleitor. O dever elementar de quem tem civismo é aprender a ler, para melhor servir à pátria."

Sr. Presidente, são palavras de um dos chefes que detêm maior responsabilidade no Partido Social Democrático.

Também o Deputado Mário Palmério que representa brilhantemente o Partido Trabalhista Brasileiro na Câmara dos Deputados, em declaração ao "Diário Carioca" disse:

"Ja escrevi um livro sobre o fraude e não permitirei que a Câmara aprove, sem meu protesto, qualquer reforma da lei atual. A lei atual: ótima; com ela não é possível fraude. O que o P.S.D. quer é voltar a uma situação pior do que a que existia antes da votação da lei em vigor e nós não devemos consentir nisso."

Informou o autor de "Vila dos Confins" que as dificuldades alegadas pelo P.S.D. para o alistamento não existem, são fantasmas.

(Lendo) "Só ele está alistando, em Uberaba, cerca de 3.000 eleitores por mês sem qualquer dificuldade. Percorreu cerca de cinquenta municípios do Triângulo Mineiro, nos quais todo mundo alista menos o P.S.D."

O P.S.D. recebeu instruções do Rio, de cima, da direção nacional, para não qualificar. Com isto eles querem pretexto para modificar a Lei atual. Vi centenas de títulos assinados, que estão à espera da vitória da fraude, para serem distribuídos. Não podemos permitir que isso aconteça."

mite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com muito prazer.

O Sr. Juracy Magalhães — Traz V. Ex.^a ao conhecimento do Senado dois depoimentos valiosíssimos, pelo fato em si e por provirem de figuras altamente representativas nos Partidos que integram a Maioria. Infelizmente o Senador Benedito Valadares não está no plenário para ouvi-los. Terei, entretanto, o cuidado de pedir a atenção de S. Ex.^a para esses pronunciamentos, pois acredito que a temerosa e a mania do nosso colega encontrarão obstáculo nas palavras insuspeitas de homens da categoria do ex-Deputado Cirilo Junior e do atual Deputado Mário Palmério.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço o aparte com que me honra o nobre Senador Juracy Magalhães. Efetivamente, Sr. Presidente, manifestações de tamanha responsabilidade, partidas de homens que não se filiam à Oposição, mas ao contrário, desfrutam posição destacada no seio dos partidos majoritários, não se cair profundamente no espírito daqueles que hoje defendem o "projeto de fraude". Não sou eu que assim o cognomino: batizou-o a imprensa unânime do País e a ele se referem da mesma forma, os dois ilustres membros do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro, cujas opiniões acabo de trazer ao conhecimento da Casa.

Parece, Sr. Presidente, que há, mesmo, fundo de verdade na denúncia do Deputado Mário Palmério, no sentido de que a direção do Partido Social Democrático tem transmitido instruções para que não se proceda ao alistamento eleitoral.

O Sr. Abelardo Jurema — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Pois não, com prazer.

O Sr. Abelardo Jurema — Se o alistamento está se arrastando, com extraordinária lentidão, a qual V. Ex.^a atribui às recomendações do Partido Social Democrático, então, esse Partido deve realmente comandar a Nação, porque em todos os Municípios, mesmo onde é força dominante a União Democrática Nacional, verifica-se a mesma situação. Se ontem as estatísticas do meu Estado pelas quais se observa que, em vários municípios, administrados por representantes da União Democrática Nacional, o alistamento não atingiu a uma centena. A afirmativa de V. Ex.^a, pois, constitui exaltação do PSD, cuja voz de comando seria obedecida até pela União Democrática Nacional.

O SR. PRESIDENTE: — (Fazendo soar os timpanos) — Lembro ao nobre orador que o tempo regimental de que dispunha está findo.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Permita V. Ex.^a, Sr. Presidente, que eu responda ao aparte com que me honrou o nobre Senador Abelardo Jurema e concluirei meu discurso.

Não fui eu quem trouxe a afirmativa da existência de instruções dadas pela direção do Partido Social Democrático para, que não se realizasse o alistamento. Foi o Deputado Mário Palmério, figura destacada do Partido Trabalhista Brasileiro, aliado do Partido Social Democrático Brasileiro. Transmitem, apenas, o divulgado pela imprensa que afirma que a existência de instruções baixadas de cima, isto é, pela direção suprema do PSD.

O Sr. Abelardo Jurema — Não é só o Partido Social Democrático que faz alistamento.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Esta realmente, a finalidade. Não chegaremos a ter eleitorado suficiente para a eleição e a alegação determina que o andamento ao projeto do Deputado Último de Carvalho, para validação pura e simples dos títulos atuais, os quais, nas eleições de 1954 e 1955 já reconhecemos, não só nesta, como na outra Casa do Congresso.

O Sr. Abelardo Jurema — Julga V. Ex.^a que só o Partido Social Democrático faz alistamento neste País? Pela argumentação do nobre colega parece que basta uma ordem do meu Partido para que não haja mais alistamento.

O Sr. Juracy Magalhães — Nobre Senador Abelardo Jurema, V. Ex.^a não leva em conta o aspecto psicológico do problema. A responsabilidade do Partido Social Democrático está inteiramente vinculada à atitude dos seus correligionários. Um fala na prorrogação dos mandatos — o Deputado Antonio Horácio — outro pleiteia a revalidação dos títulos — e o Deputado Último de Carvalho — de Minas Gerais, agora mesmo citado por V. Ex.^a — o Senador Benedito Valadares, quer impingir o projeto da fraude. Tudo isso, leva aos alistamentos à convicção de que não há necessidade de se alistarem, pois, vai haver maré alta. Assim, a responsabilidade do Partido Social Democrático está fixada definitivamente na ação dos seus correligionários.

O SR. PRESIDENTE: — (Fazendo soar os timpanos) — Lembro ao nobre orador que está esgotada a prorrogação da hora do expediente.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Infelizmente não poderei continuar no agradável debate com o nobre colega Senador Abelardo Jurema.

O Sr. Abelardo Jurema — As palavras de V. Ex.^a sempre encantam o Senado.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Fa-lo ei na sessão de amanhã para a qual me encontro inscrito.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e deferido o seguinte:

Requerimento n. 449, de 1957

Solicita informações sobre a não realização de promoções do pessoal do Ministério do Trabalho, dentro dos prazos previstos pela Lei n.º 1.711 de 1952.

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

Nos termos do Regimento, requiero, por intermédio da Mesa, sejam solicitadas ao Ministério do Trabalho as seguintes informações:

1 — se têm procedência as numerosas reclamações de servidores do Ministério do Trabalho, sobre o não cumprimento, do disposto no artigo 40 da Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Civis da União), que determina sejam realizadas promoções de três em três meses, uma vez verificada a existência de vaga;

2 — no caso afirmativo, em que dispositivo legal se baseou essa Secretaria de Estado, para não obedecer ao mandamento expresso do citado artigo do Estatuto.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1957. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 130 de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.367.198,00, destinado a regularizar as despesas com a participação do Brasil na XI Reunião das Altas Partes Contratantes do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio, em Genebra, Suíça, tendo parecer favorável, sob n.º 741, de 1957, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação solicitada pelo nobre Senador João Villasboas.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que votam a favor do Projeto. (Pausa).

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que votaram a favor e levantar-se os que votam contra. (Pausa).

Manifestaram-se pela aprovação 28 Srs. Senadores e, contra, 1.

Não há número.

Vai-se proceder à chamada.

RESPONDEM A CHAMADA OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima. — Cunha Mello. — Sebastião Archer. — Leonidas Mello. — Onofre Gomes. — Fausto Cabral. — Kerginaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Abelardo Jurema. — Jarbas Maranhão. — Sobral Barreto. — Jorge Maynard. — Lauro Hora. — Neves da Rocha. — Lima Teixeira. — Pitombo Cavalcanti. — Atílio Viacava. — Ary Vianna. — Sá Tinoco. — Lutterbach Nunes. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Benedito Valladares. — Lima Guimarães. — Coimbra Bueno. — João Villasboas. — Gaspar Velloso. — Primo Beck. — (28).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 28 Srs. Senadores. Está confirmada a falta de número.

Da ordem do dia constam apenas matérias em regime de votação, que ficam adiadas, por falta de número.

Não havendo oradores inscritos para essa oportunidade, darei a palavra a quem dela quiser fazer uso. (Pausa).

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, e nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.367.198,00, destinado a regularizar as despesas com a participação do Brasil na XI Reunião das Altas Partes Contratantes do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio, em Genebra, Suíça, tendo parecer favorável, sob n.º 741, de 1957, da Comissão de Finanças.

2 — Votação em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 166, de 1957, que retifica, sem ônus, a Lei n.º 3.032, de 19 de dezembro de 1956, que autoriza a abertura de créditos especiais a diversos órgãos do Poder Executivo, tendo parecer favorável, sob n.º 744, de 1957, da Comissão de Finanças.

3 — Votação em discussão única, da redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 14, de 1957, que dá ao Aeroporto de Codó, no Estado do Maranhão, o nome de "Magalhães Almeida", (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 788, de 1957).

4 — Votação em discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1957, que aprova a decisão do Tribunal de Contas de negatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Imobiliária José Gentil S. A., para a locação de imóvel na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 789, de 1957).

5 — Votação em discussão única, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1957, que determina o registro do contrato de locação celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e a Companhia Cerâmica Brasileira (redação oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 790, de 1957).

6 — Votação em discussão única, do Parecer n.º 784, de 1957, da Comissão de Constituição e Justiça, pelo arquivamento do Ofício n.º S-4,

de 1957, do Primeiro Juizado Municipal de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando ao Senado Federal licença para processar o Sr. Senador Aníbal de Primo Beck.

7 — Votação em discussão única das emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado número 31, de 1956, que modifica disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante à constituição de federações (incluídas em Ordem do dia, em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Abelardo Jurema), tendo pareceres contrários (ns. 799 e 800, de 1957) das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

8 — Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara, número 10, de 1957, que fixa em seis (6) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia, em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Gilberto Marinho), tendo pareceres favoráveis sob números 791 e 792, de 1957, das Comissões de Economia e de Legislação Social.

9 — Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 447 de 1957 do Sr. Mário Porto e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 156, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 131 de 1957, que dispõe sobre créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do nordeste, regula a forma de pagamento de prêmios pela construção se acúdes em cooperação e dá outras providências.

10 — Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 448, de 1957, do Sr. Cunha Melo e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 156, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 179, de 1957 que retifica a Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1957.

11 — Votação em primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1957, que substitui o parágrafo 4.º do art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 91, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 375, de 1957, do Sr. Senador Caiado de Castro, aprovado na 2.ª sessão extraordinária de 5 de agosto último), tendo parecer contrário, sob n.º 774, de 1957, da Comissão Especial.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 17 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

Torno público, para conhecimento dos interessados, que a Diretoria de Contabilidade da Secretaria do Senado Federal receberá propostas, até o dia 10 de setembro próximo, para confecção de uniformes de casimira e brim para os funcionários da Portaria. Maiores detalhes serão prestados diariamente das 14 às 17 horas na Diretoria de Contabilidade — Senado Federal — Palácio Monroe — Avenida Rio Branco.

Senado Federal, em 28 de agosto de 1957. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.